



LU ELREY. Faço saber aos que este Alvará virem, que por Me haver sido presente a indispensavel necessidade de dar prompta providencia para evitar as justas escusas, a que recorriam na Capitanía da Bahia os homens abonados, e de casa estabelecida, para servirem de Thesoureiros, e Recebedores da minha Real Fazenda, pelo incommodo de virem dar contas a este Reino, e nelle experimentarem as dilações, que lhes faziam os Officiaes, que lhas tomavam: Fui servido ordenar em Carta minha de finco de Setembro de mil e setecentos e sessenta ao Marquez do Lavradio, Vice-Rei, e Capitão General do Estado do Brazil, que dalli em diante fossem nomeados os ditos Thesoureiros, e Recebedores, para servirem na Capitanía da Bahia por tempo de tres annos; e no fim delles dessem conta com entrega na mesma Capital em Junta, na qual elle Vice-Rei presidiria, assistindo os Procuradores da Coroa, e Fazenda, e o Provedor della com o Chanceller da Relação; e que na Casa, onde estivesse a mesma Junta, se estabelecesse cofre de tres chaves, em que se repuzessem todos os rendimentos da mesma Provedoria, e se fizessem os pagamentos della, recebendo-se no dito cofre geral com a devida distincção, e arrecadação tudo, quanto se arrecadasse por cada humas das Thesourarias particulares, com as quaes se recenciassem as contas no fim de cada anno, e se ajustassem finalmente no fim de cada triennio; e assim ao tempo do dito recenciamento, como ao do referido ajuste final, se procedesse executivamente pelo Provedor da Fazenda, contra os que ficassem devedores. Por Me ser depois tambem presente continuar a má arrecadação, assim na Alfandega da mesma Cidade, como nas Thesourarias della: Fui outro fim servido mandar remetter alguns exemplares das Leis, por que houvera por bem crear o Erario Regio neste Reino: Ordenando por outra minha Carta de dezenove de Outubro de mil e setecentos sessenta e sete ao

*

Mar-

Marquez do Lavradio, Governador, e Capitão General, que as fizesse observar em tudo o que fossem applicaveis na dita Junta da Administração da Fazenda da mesma Capitania. E nessa mesma occasião Mandeí, que para esse effeito se embarcassem hum Guarda Livros, e dous Escriuarios, que do meu Real Erario leváram as instrucções necessarias do que deviam observar, pelo que toca á mesma arrecadação da minha Real Fazenda. E dando parte o dito Capitão General no meu Regio Erario com o Assento, que para melhor dar á execução a referida Ordem, se havia tomado em finco de Janeiro de mil e setecentos sessenta e nove no Conselho da Fazenda da mesma Cidade; e de ter dado na conformidade d'elle principio ao novo estabelecimento da arrecadação; e contas da minha Real Fazenda, ficando esta no exercicio da Junta para aquillo, para que fora instituida, isto he, de passar Quitações, e aprovar as contas; e conservando unida a mesma Junta com o dito Conselho da Fazenda para tudo o que fosse da Administração della, e para nelle se decidirem as Causas, e Execuções na conformidade das Leis de vinte e dous de Dezembro de mil e setecentos sessenta e hum: Fui finalmente servido mandar por Carta expedida pelo Conde de Oeyras, Inspector Geral do meu Real Erario, e nelle meu Lugar Tenente, de trinta e hum de Março do anno de mil e setecentos sessenta e nove, dar as providencias, e ultima fórma, com que se devia proceder na dita Junta; declarando, que com o estabelecimento della ficará inteiramente cessando o dito Conselho da Fazenda; e que pelo que pertencia ao foro contencioso, se deviam remetter os Autos ao Procurador da Coroa, e Fazenda, para se julgarem em Relação no Juizo da Coroa, e Fazenda, como nesta Corte se pratica pelas ditas Leis de vinte e dous de Dezembro de mil e setecentos sessenta e hum a respeito do Conselho da Fazenda. E por quanto na conformidade desta Declaração não só ficou cessando o dito Conselho da Fazenda, mas tambem o exercicio de Provedor mór; tan-
to

to porque para a Junta passará toda a jurisdição voluntaria , que antes exerciam ; como porque ficará pertencendo ao Juizo dos Feitos da Coroa , e Fazenda a jurisdição contenciosa , que pela dita minha Carta Regia de sinco de Setembro de mil e setecentos e sessenta competia ao Provedor da Fazenda ; e que no referido Assento de sinco de Janeiro de mil e setecentos sessenta e nove se quiz attribuir ao dito Conselho : Sou servido ordenar aos ditos res-
peitos o seguinte :

1 Approvando , e confirmando o dito Assento , em tudo o que se não alterou pela dita Declaração de trinta e hum de Março do mesmo anno ; e juntamente o outro Assento , que em execução della se tomára em dezesete de Outubro do dito anno na Junta da Administração da Fazenda : Determino , que todos os Feitos da minha Real Fazenda , e ainda os que correrem perante o dito Provedor , passem logo na conformidade daquella Declaração para o Juizo dos Feitos da Coroa ; que Mando que juntamente o seja da Fazenda , servindo com elle o Escrivão , que até agora o foi dos sobreditos Feitos : Sendo assim conforme ás referidas minhas Reaes Ordens ; ás Leis de vinte e dous de Dezembro de mil e setecentos sessenta e hum ; e ao estabelecimento da mesma Junta. E Mando outro sim , que fiquem extinctos o dito Conselho da Fazenda , e o emprego de Provedor mór della , como se nunca houvessem existido.

2 Determino , que a Casa chamada da Fazenda , na parte , que comprehende Livros de Contas , Traslados , e ajustamentos dellas ; e quaesquer outros Papeis , Documentos , e Ordens , que respeitem ás ditas Contas , fique unida á Contadoria da Junta da Administração da Fazenda , formando-se de tudo (no caso de não estar já feito) hum Inventario , e Relação exacta , para que (do mesmo modo , que no Real Erario se praticou a respeito das Contas preteritas na conformidade do meu Real Decreto de trinta de Dezembro de mil e setecentos sessenta e hum) fique

tudo na dita Contadoria em completa arrecadação , e em perfeita ordem.

3 Para que com brevidade se concluam as ditas Contas preteritas : Determino outro sim , que os Officiaes antigos da Casa da Fazenda , necesarios para os ajustamentos dellas até o tempo , em que se principiou a Escrituração pelo novo methodo , trabalhem nos mesmos ajustamentos , na fórma do dito Assento de finco de Janeiro de mil e setecentos sessenta e nove , debaixo da inspecção da Contadoria de novo estabelecida , até que as ditas Contas antigas fiquem justas , e ligadas com as que de presente correm : Pois que he impossivel , que os dous Escriurarios Contadores possam levar sempre em dia a Escrituração do Expediente , e ajustar as Contas antigas com a brevidade necessaria ; depois que a Provedoria em lugar de ter expedido tudo o que respeitava ás ditas Contas , nenhuma destas expedio para o meu Real Erario pelo espaço de seis annos , por mais que em repetidas Ordens lhe fosse ordenada , e recommendada a remessa das sobreditas Contas.

4 Determino outro sim , que a mesma Casa da Fazenda , e tudo o que se expedia pelos Officiaes della , na parte que não he proprio da Contadoria , mas só respeita á Administração da Real Fazenda , e Ordens da Junta , Registros dellas , e a tudo o mais , que compete á Secretaria de hum Tribunal , fique como tal subsistindo na Secretaria da referida Junta : Com tanto porém , que a mesma Junta , depois de considerar muito attentamente as incumbencias da dita Casa como Secretaria ; e o modo de bem se expedirem pelo numero das pessoas , que nellas só sejam necessarias , Me dê conta pelo meu Real Erario , para Eu determinar o que for mais conveniente ao meu Real serviço.

5 Como até agora por via de requerimentos feitos ao Provedor da Fazenda se mandavam por despacho delle passar Guias , para se levarem livres os Escravos , que se despacham para fóra da Cidade da Bahia , tanto para as Minas , como para o Sertão , ou Reconcavo : Ordeno ,
que

que daqui em diante estas Guias se façam expedir pela dita Secretaria, e Casa da Fazenda, logo que as partes nella apresentarem Conhecimento de recibo de haverem pago os devidos direitos; ou sendo dos que devem passar livres, vindo as partes com papel assignado, em que se declare na fórma das minhas Reaes Ordens o fitio, para onde se levam; para que examinando-se estar em termos, se lhes passar a Guia: E estas Guias serão assignadas por dous Ministros da Junta da Administração da Fazenda; ficando assim os Conhecimentos de recibo, como os outros Papeis, que pelas partes se apresentarem, emmassados na dita Secretaria, e Casa da Fazenda para a todo o tempo constar.

6 Ordeno outro sim, que querendo os Capitães de quaesquer embarcações manifestar o dinheiro, que trouxerem para esta Cidade de Lisboa, ou levarem para as Ilhas, façam requerimento ao Governador, para que como Presidente da Junta lhes mande abrir manifesto na Secretaria, e Casa da Fazenda della; e para depois de feito, e fechado o dito manifesto, se lhes passar a Carta de Guia assignada por dous Ministros da mesma Junta da Administração da Fazenda: Observando-se porém sempre remetter-se pelo Governo á Secretaria de Estado competente, e ao meu Real Erario o livro do manifesto do dinheiro, que vier para esta Corte, e Cidade de Lisboa.

7 Como para se darem as Terras de Sesmarias, mandavam até agora os Governadores informar ao Provedor da Fazenda, para depois de ser ouvida a Camara do continente das mesmas Terras na fórma da Lei do Reino; e responder o Procurador da Coroa, mandarem passar as Cartas de Sesmarias pela Secretaria do Governo: Ordeno outro sim, que daqui em diante o Governador, e Capitão General mande informar o Chanceller, como Ministro da Junta da Administração da Fazenda, para que precedendo as mesmas diligencias, com que o fazia o dito Provedor da Fazenda, possa mandar passar as ditas Cartas: As quaes depois de registadas, e de se haver por ellas dado posse,

se registaráõ tambem com o Auto della na Secretaria , e Casa da Fazenda da Junta da Administração. Oppondo-se algum Terceiro com embargos á Carta , que se tiver expedido , se remetteráõ ao Juizo dos Feitos da Coroa , e Fazenda , para em Relação se determinarem como for justiça.

8 Por quanto ao mesmo Officio de Provedor da Fazenda era tambem annexo o de Provedor dos Tres Armazens , dos Materiaes da Coroa , dos Mantimentos , e das Munições de Guerra , com o governo junto da Védoria dos Regimentos da Cidade da Bahia , e Presidio do Morro de S. Paulo ; e Me foi presente a pessima administração daquella Provedoria , cujas inveteradas defordens assim como deram justo , e necessario motivo para a criação da Junta da Administração da Real Fazenda , o dam tambem , para que se haja de fazer huma bem regulada refórma na dos ditos Armazens Reaes , e Védoria : Hei por bem crear hum Lugar de Intendente da Marinha , e Armazens Reaes della , ao qual com esta denominação , e de nenhum modo com a de Provedor , pertencerá: Primeiramente o governo da Marinha , e Armazens Reaes della , na conformidade das Instrucções , que lhe serão dadas pelo meu Real Erario , fervindo com elle hum só Almoxarife , e não tres , como até agora houve desnecessariamente ; e reduzindo-se tudo a huma só administração com diversos Livros auxiliares , respectivos ás Tres Repartições , que até aqui andáram divididas: Em segundo lugar , o governo da Védoria , na maneira que o tinha o dito Provedor , em quanto Eu não der nova fórma , para a qual se Me dará conta do estado presente , em que está , e da formalidade , com que se deverá estabelecer , segundo os novos Regulamentos Militares: E em terceiro lugar , assistirá na Junta da Fazenda como Ministro della , vencendo de ordenado annual oitocentos mil reis pagos aos quarteis na mesma Folha , em que o levava o dito Provedor ; e as mesmas propinas , que a este foram concedidas pelo Regimento de quinze de Abril

Abril de mil setecentos e nove ; das arrematações sómente , que forem feitas na dita Junta ; e dos Contratos sómente respectivos á Capitania da Bahia ; sem embargo de que no dito Regimento se expressassem as respectivas ás outras Capitanias.

9 Pois que sendo feito o dito Regimento em tempo , no qual a Cidade da Bahia era a Capital de todas as outras Capitanias ; e no qual se não haviam ainda estabelecido as Juntas da Administração da Fazenda , que presentemente se acham por Mim creadas ; cada huma dellas privativa , sem dependencia de alguma das outras , e se não devem nestes diversos termos multiplicar as ditas propinas , levando-as os mesmos Officiaes naquellas Capitanias , em que se fazem as ditas arrematações ; e ao mesmo tempo tambem os da Bahia , a cuja Capitania já de nenhuma fórma respeitam os taes Contratos : Mando , que sem embargo da Disposição do dito Regimento de quinze de Abril de mil setecentos e nove , que para este effeito derogo , e hei por derogado , que daqui em diante todos aquelles , que levam propinas das arrematações dos Contratos , ou lhes fossem concedidas por Regimento , ou por Lei , Decreto , ou Provisão minha , não as possam levar senão daquelles Contratos , que forem arrematados na Junta da Administração da Fazenda da mesma Capitania a que tocarem , e em que forem administrados , debaixo da pena de perdimento dos empregos que tiverem , e dos Offícios , sendo Proprietarios , ou do valor delles , sendo Serventuarios.

10 Ao mesmo Intendente da Marinha , e Armazens Reaes pertencerá mandar pelo Patrão Mór , e Escrivão dos Armazens visitar os Navios , e fazer nelles as vestorias do estilo , para se ver se levam o necessario para a viagem : Como tambem mandar tomar aos Capitães dos ditos Navios pelo dito Escrivão dos Armazens o termo de fiança , para não levarem pessoa alguma sem Passaporte : E aos que vam para Angola , o termo de levarem cavallo : E finalmente aos que vam para a Africa , o de levarem Capelão ,

lão, o qual se apresentará nos mesmos Armazens, e assignará com o Capitão o mesmo Termo.

11 As arquições, e visitas nas Embarcações de Africa serão também feitas pelo dito Intendente da Marinha, e Armazens com o Procurador da Fazenda, Patrão Mór, e Mestres da Ribeira, lavrando-se o Termo (assim mesmo como os mais referidos) pelo Escrivão dos Armazens: Como também as vestorias em as obras Reaes serão feitas pelo mesmo Intendente com o Procurador da Coroa, e o dito Escrivão dos Armazens, quando as taes obras forem respectivas á Marinha, e Armazens; pois que todas as outras obras Reaes, além destas, ficarão pertencendo, e serão da jurisdição da Junta da Administração da Fazenda. E finalmente será obrigado o Intendente da Marinha, e Armazens Reaes a tirar devassa, quando chegarem os Navios, averiguando se os Capitães observáram tudo a que são obrigados pelas minhas Leis; e escrevendo nella o dito Escrivão dos Armazens, procederá contra os que achar culpados, na mesma conformidade que o devia fazer o Provedor da Fazenda extinto.

12 E por Me ser também presente, que as pessoas, que vendiam generos para os ditos meus Armazens, o faziam com grande repugnancia pelas delongas, e excessivas despezas de fallarios, que se lhes extorquiam, primeiro que se puzessem correntes os papeis para o effectivo pagamento, deixando algumas por isso de cobrar as quantias módicas, a que eram crédores: Determino, que dos generos, que de necessidade se houverem de comprar na Capitania da Bahia, se faça huma Relação, sobre a qual por despacho da Junta expedido ao Intendente da Marinha, e Armazens Reaes, se ordene se comprem os referidos generos; e depois de feitas as compras com o mesmo despacho, e com Conhecimento dellas approvado pela mesma Junta, e sua Contadoria, e rubricado por dous Ministros della, irão as partes requerer á Contadoria para se lhes fazer a conta; e dahi depois de examinado o cálculo, e posta a ver-

verba de conferencia, se lhes passará o despacho da Junta para se mandar satisfazer, gratuitamente, e sem algum emolumento, depois de postas as outras verbas, que necessario forem.

13 Porém porque as cousas módicas, que se costumam comprar pela mesma Ribeira das Náos, não admittem demora no pagamento, ou pela sua pouca entidade, ou pela pobreza dos vendedores: Sou servido, que se mande entregar ao Almoxarife dos mesmos Armazéns huma pequena porção de dinheiro para satisfazer logo as taes despesas miudas, dando conta na Contadoria todos os mezes para sempre estar patente o estado das suas receitas, e despesas.

E para que tudo se observe na sobredita fórma literalmente, e sem mais tergiversação se cumpra, e guarde o disposto neste meu Alvará, como nelle se contém, e se lhe dê a mais inteira observancia, sem embargo de outras quaesquer Leis, ou outras Disposições, que se opponham ao conteudo nelle; as Hei todas por derogadas, havendo-as aqui por expressas, como se dellas fizesse literal, e especial menção; sem embargo de quaesquer estílos, usos, e costumes contrarios, que da mesma maneira derogo em fórma especifica, como se aqui fossem expressos; e sem embargo de quaesquer opiniões de Doutores, evitando-se as argucias, e subtilezas delles, que como sediciosas, e perturbativas do socego público Hei por abolidas, e proscritas. E Ordeno, que este valha como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não passe, e que o seu effeito haja de durar hum, e muitos annos, não obstantes as Ordenações, que o contrario determinam.

Pelo que: Mando ao Inspector Geral do Meu Real Erario; Presidente do Conselho Ultramarino; Governador, e Capitão General da Capitania da Bahia; Junta da Administração da Fazenda, e Chanceller da Relação da mesma Capitania; Ministros, e mais pessoas, a quem pertencer o conhecimento, e execução deste Alvará, que o cumpram, e guardem, e o façam cumprir, e guardar tão inteiramente,

(10)

A
1-312E

te, como nelle se contém, sem dúvida, ou embargo algum, e o façam registar nas partes a que pertencer, mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a tres de Março de mil e setecentos e setenta.

R E Y . . .

Conde de Oeyras.

ALvará, por que Vossa Magestade ha por bem extinguir o Conselbo da Fazenda, e o emprego de Provedor della na Capitania da Babia, e de crear hum lugar de Intendente da Marinha, e Armazens Reaes da mesma Capitania, dando as necessarias providencias para evitar o prejuizo da sua Real Fazenda, e favorecer os interesses dos seus Vassallos naquelle Continente; tudo na fórma assima declarada.

Para Vossa Magestade ver.

Registado a fol. 223. vers. do Livro II. que nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Reino serve de Registo das Cartas, Alvarás, e Patentes. Nossa Senhora da Ajuda a 6 de Março de 1770.

Gaspar da Costa Poffier.

Gaspar da Costa Poffier o fez.

Na Regia Officina Typografica.

